



# Sindiquim

REVISTA  
ANO VIII - Nº 47  
NOVEMBRO DE 2005



SAÚDE, TRABALHO E MEIO AMBIENTE

O futuro não precisa ser sombrio

DGABC - 27/10/2005

**MATARAZZO:  
20 Anos de Interdição**



ESPAÇO

# Arte quim

SALÃO DE ARTE DOS QUÍMICOS DO ABC

**APRESENTA**

De 17 de outubro a  
9 de dezembro de 2005  
Segunda a Sexta-feira,  
das 9 às 18h.

Av. Lino Jardim, 401 - Vila  
Bastos - Santo André - SP

*"O desenho não reproduz as coisas,  
mas traduz a visão que delas se têm"*  
Pierre Francastel

Exposição:

## Criança: formas de brincar, desenhar, e pintar!

**N**esta exposição, o artista plástico Antonio Roberto CAETANO SANTOS, natural de Santo André, São Paulo, expõe uma série de desenhos com o tema Heróis de Papel. "Sinto nas pipas, desde as mais simples, o símbolo maior de como vencer as adversidades, pois é sempre contra os ventos que elas sobem e nunca a favor deles", diz o artista. Atualmente, Caetano expõe seus trabalhos no Shopping Aricanduva Interlar, na rua Marques de Itu e na Praça da República (SP) aos domingos.

No Espaço Artequim, Caetano Santos não está só. Seus desenhos desta vez estão acompanhados pelos trabalhos das crianças do Abrigo Novo Rumo, de Ribeirão Pires. As obras dos nossos pequenos artistas são frutos de uma oficina de arte promovida pelo próprio Artequim, em homenagem ao mês da criança.

**Contatos com o artista: 9591-0746**



## Sindiquim Revista

Ano VIII - nº 47 - Especial Saúde,  
Trabalho e Meio Ambiente  
novembro de 2005

Publicação mensal do Sindicato dos  
Trabalhadores nas Indústrias Químicas,  
Petroquímicas, Farmacêuticas, Tintas e  
Vernizes, Plásticos, Resinas Sintéticas,  
Explosivos e Similares do ABCD, Mauá,  
Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

### Redação:

Av. Lino Jardim, 401 - Santo André -  
S.P. CEP 09041-030 - Tel.: 4433-5800  
E-mail: imprensa@quimicosabc.org.br  
Site: www.quimicosabc.org.br

### Presidente:

Paulo Antônio Lage

### Secretario Geral e de Imprensa:

Manoel Souza de Abreu

### Conselho Editorial:

Fábio Lins, Heli Vieira Alves, Jesuíno  
Alves de Oliveira, José Nelson  
Banhara, Juvenil Nunes da Costa,  
Manoel Souza de Abreu, Marco  
Antonio Guilherme dos Santos, Maria  
da Penha A. Fumagalli, Paulo  
Antônio Lage e Wanderley Salatiel  
(diretores do Sindicato), André Araújo  
de Almeida (técnico de segurança  
no trabalho) e Luiz Carlos Leite  
(assessor político),

### Edição e redação:

Ariovaldo Malaquias (MTb 12.758)

### Colaboração:

Gislene Madarazo (MTb 36.373)

### Editoração Eletrônica:

Maria Cristina Colameo

### Capa:

Maria Cristina Colameo

### Fotografia:

Dino P. dos Santos

### Ilustração:

Marcio Baraldi

### Publicidade:

José Nelson Banhara,  
tel. 4433-5800

### CTP e Impressão:

Bangraf

### Tiragem: 20.000

Permitida a reprodução desde que  
citada a fonte. A revista não se  
responsabiliza por declarações de  
terceiros e matérias assinadas.

## EDITORIAL

# O Futuro não precisa ser sombrio!

**É** com grande satisfação que o Sindicato dos Químicos do ABC, através da sua Secretaria de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente e da sua Comissão de Saúde do Trabalhador - COMSAT -, apresenta para a categoria a segunda edição especial da Revista Sindiquim - Saúde e Meio Ambiente.

*A presente edição vem em um momento mais do que importante. Em um momento em que todos nós presenciamos uma sucessão de catástrofes ambientais, muitas delas impulsionadas tanto por empresas irresponsáveis - que se instalam em diversas regiões do mundo, exploram e contaminam a água, o ar, os(as) trabalhadores(as) e toda a população -, ou até mesmo pelos países avançados como, por exemplo, os Estados Unidos, que não se envolvem em políticas mundiais para salvar o que ainda resta do nosso planeta, pois a sua única meta é o lucro e o poder.*

*Há muito tempo aprendemos que trabalho e meio ambiente estão intimamente ligados e que essas discussões devem ser as nossas prioridades. Queremos trabalhar sim, mas com saúde e uma vida com qualidade! Queremos desenvolvimento tecnológico, mas não às custas da degradação da natureza e do planeta! Exemplos como a contaminação da empresa Matarazzo, em São Caetano do Sul, que relatamos nesta edição, não são mais sustentáveis para a nossa sociedade. Queremos alternativas limpas que não degradem a humanidade e que não priorizem os altos lucros dos capitalistas.*

*Temos que dar um basta nisso tudo! Não é possível permitir que milhões de trabalhadores(as) adoeçam ou morram todos os anos por causa do trabalho. É preciso que a classe trabalhadora tome partido contra essa horrível situação, que se organize e utilize todos os espaços políticos possíveis, principalmente o Sindicato, para combater este capitalismo selvagem que há muito tempo tem instaurado a nossa desgraça. O nosso Sindicato tem feito o seu dever de casa. Tem participado de todas as instâncias sobre os temas, como é o caso da nossa intervenção na III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, onde estaremos defendendo os nossos interesses de classe.*

*Por fim, gostaríamos de agradecer ao companheiro Remigio Todeschini - que já foi diretor da COMSAT, presidente do nosso Sindicato e agora exerce o cargo de Secretário de Políticas Públicas de Emprego no Ministério do Trabalho -, sempre prestativo ao ser procurado pela nossa imprensa. Agradecemos também a Dra. Fernanda Giannasi, que gentilmente encontrou um espaço na sua apertada agenda para nos dar uma consultoria na matéria sobre o Amianto; e aos nossos colegas da DRT-SP, Eng. Rui Magrini e Dr. Danilo Costa, que além de contribuírem com o Especial Matarazzo, doaram ao arquivo da COMSAT cópias de documentos, fotos e até um vídeo com a reportagem da interdição feito pela TV Manchete.*

*Boa leitura.*

**A Diretoria**





6

O Planeta Terra pede socorro!



31

Atividades e cursos desenvolvidos pelo Sindicato na área de saúde do trabalhador



30

Pandemia de estresse



28

Organização no Local de Trabalho: o melhor remédio para a saúde



8

Matarazzo: há 20 anos fábrica de BHC era interdita por causa da insalubridade



Novembro de 2005



26

3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador



16

Aposentadoria especial continua em debate no país



19

Amianto - de mineral mágico à poeira assassina: o que você precisa saber para se proteger



24

LER/DORT: o que fazer e como prevenir



22

Acordo garante segurança em máquinas injetoras de plástico

# Segurança e saúde do trabalhador: prevenir sim, indenizar não!

Um ambiente de trabalho seguro e sadio sempre foi reivindicação dos trabalhadores, no entanto, os agentes governamentais responsáveis por garantir esse direito nunca trataram o assunto sob a lógica de quem se submete aos riscos da atividade laboral. As políticas públicas, que deveriam criar e manter mecanismos de proteção à saúde dos trabalhadores, foram pensadas ao longo de nossa história para simplesmente substituir a “mão-de-obra incapaz para o trabalho”.



As empresas acabaram se transformando em fábricas de doentes e lesionados pela natureza do trabalho realizado e atribuiu-se à Previdência Social o papel de mera indenizadora da perda da capacidade laboral dos trabalhadores, além de deixar a cargo do Sistema Único de Saúde a responsabilidade por tratar e curar essas vítimas. Ao Ministério do Trabalho e Emprego – que deveria regular e fiscalizar as relações de trabalho – coube um papel de “faz de conta” para encobrir a exploração cada vez mais escancarada e desumana dos trabalhadores.

Essa triste realidade, sempre combatida pelos legítimos sindicatos de trabalhadores, encontrou real possibilidade de mudança a partir de 2003, com o Governo do Presidente Lula.

Nossa meta é modificar essas estruturas e garantir que elas permaneçam e sejam aperfeiçoadas com a efetiva participação da sociedade organizada. É preciso que criemos na sociedade uma cultura de bem estar social, onde todas as categorias de trabalhadores possam desenvolver suas atividades com saúde e segurança.

Para que isso ocorra é necessário que as empresas que não investem nessa necessidade sejam responsabilizadas e paguem caro por isso. Hoje elas fogem à responsabilidade ao não notificar os acidentes do trabalho ou a tratá-los como doença comum, e essa conta fica a cargo do Estado, ou seja, da sociedade.

A Previdência Social não pode mais ser uma mera instituição indenizadora da perda de capacidade laboral, como se saúde fosse comercializável. Precisamos mudar essa lógica perversa, e para contribuir Ministério da Previdência Social elaborou a proposta do Nexo Epidemiológico e do Fator Acidentário Previdenciário, que inverte o ônus da prova do acidente do trabalho e penaliza as empresas causadoras desses acidentes, além de incentivar os investimentos em promoção de saúde e segurança, reduzindo a alíquota do SAT quando tais investimentos produzirem resultados reais.

Pela primeira vez na história do nosso país, o governo preocupou-se com essa questão e convocou os três Ministérios que têm relação direta com o assunto – Saúde, Trabalho e Previdência Social – para construir em conjunto com a sociedade, especialmente as entidades representativas dos trabalhadores, uma política nacional capaz de garantir ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

Esta discussão envolveu inúmeros setores do governo e produziu uma proposta de política que está sob consulta pública e deverá ser objeto de discussão, aperfeiçoamento e aprovação pela 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (*veja matéria*). Nossa expectativa é que sejam definidos os papéis de cada um dos agentes públicos nesse processo de valorização do trabalho e da vida.

Mas para que a nova lógica seja criada e incorporada pela sociedade é preciso estruturar e fortalecer os mecanismos de controle e participação social. E o Governo do Presidente Lula têm dado prioridade a essa tarefa, criando os Conselhos de Previdência Social, o Fórum Nacional do Trabalho e estimulando a realização de Conferências Nacionais. A sociedade organizada, especialmente os sindicatos de trabalhadores, precisam ocupar esses espaços democráticos para garantir que a saúde e a segurança dos trabalhadores deixem de ser apenas aspirações e reivindicações e se tornem realidade nacional.

Carlos Eduardo Gabas

Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social

# O Planeta Terra pede socorro



*Evitar o desastre ambiental é tarefa para agora e não para daqui a um século, alerta o sociólogo Michael Lowy*

Por Gislene Madarazo

O planeta Terra está doente, muito doente. Essa febre, que não passa, está aquecendo a atmosfera e os oceanos e provocando fenômenos ambientais curiosos e assustadores. Setembro de 2005 foi o mês mais quente já registrado no planeta desde 1880 (ano em que teve início a medição), revela o Centro Nacional Oceânico e Atmosférico Americano (Noaa). Também neste ano, o Oceano Atlântico bate o recorde de tempestades tropicais, muitas se transformando em furacões como o Katrina, que deixou a cidade

de Nova Orleans submersa; e a floresta amazônica vive sua pior seca dos últimos 40 anos, isolando 75 comunidades no baixo Amazonas. Do outro lado do mundo, a população asiática sofre com chuvas torrenciais e enchentes.

Segundo ambientalistas, estes são os primeiros sinais de que estamos diante de um desastre ambiental graças à irracionalidade do nosso sistema econômico e sua relação predatória com a natureza. “Os sinais já são visíveis e atendem pelos nomes de efeito estufa, acúmulo de lixo atômico, destruição de florestas, desaparecimento de espécies e redução da diversidade biológica”, alerta Michael Lowy, sociólogo brasileiro radicado na França que recentemente escreveu um ensaio intitulado “Ecologia e Socialismo”, onde analisa a situação

## Veja o que a mudança climática pode causar, segundo estudos do Greenpeace:

### América Latina

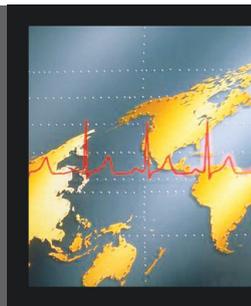
- Enchentes e secas se tornarão mais frequentes.
- Maior intensidade de ciclones tropicais com aumento dos riscos para a vida, propriedade e ecossistemas, além de prejuízos causados por fortes chuvas, enchentes, tempestades e ventos.
- Incidência de doenças como a malária, febre amarela e cólera poderia aumentar.
- Desaparecimento de recursos de ecossistemas, aumentando a perda da biodiversidade.

### América do Norte

- Aumento da erosão em áreas costeiras, enchentes e tempestades, particularmente na Flórida e na costa americana do Atlântico, provocado pela elevação do nível do mar.
- Doenças transmitidas por vetores – incluindo a malária e a febre amarela – podem expandir sua gama na América do Norte.

### Europa

- Metade das geleiras montanhosas e grandes áreas congeladas podem desaparecer até o final do século 21.
- Aumento nos padrões de chuva podem colocar em risco grandes áreas da Europa. Em áreas costeiras, o risco de enchentes e erosão também deve aumentar, com implicações



ambiental em todo o mundo.

Em matéria da Agência de Notícias Carta Maior, Lowy destaca que o ambiente do planeta se degrada tão rapidamente que “as conseqüências que temíamos para nossos filhos já estão aí, para nós mesmos”. “Evitar o desastre ambiental é tarefa para agora e não uma questão para daqui a um século”, alerta Lowy.



## Principais poluentes

Os gases responsáveis pelo aquecimento global encontram-se na combustão de combustíveis fósseis. A indústria, o processo de produção de energia e o transporte queimam quantidades gigantescas de petróleo, car-

vão mineral e gás natural, o que gera anualmente bilhões de toneladas de gás carbônico. Esse gás é lançado à atmosfera, alterando o seu equilíbrio. Segundo o Greenpeace, se queirmos mais de um quarto das reservas hoje conhecidas de petróleo e outros combustíveis fósseis, estaremos quebrando de vez o equilíbrio climático e impossibilitando o futuro das novas gerações.

O Protocolo de Kioto, tratado produzido numa conferência mundial em 1997 e assinado por 141 países, estabelece metas de redução das emissões de gases poluentes, porém, os maiores emissores, os Estados Unidos, recusam-se a ratificar o tratado internacional por considerar seus custos muito altos para a economia americana.

Na opinião de Michael Lowy, o Protocolo de Kioto é absolutamente aquém do necessário para salvar o planeta, pois tem objetivos mínimos e mesmo assim há países que são contra sua implantação. Para ele, que defende o eco-socialismo, a humanidade precisa pensar em soluções radicais, encontrar rapidamente novas fontes de energia renováveis e desenvolver as já conhecidas. “É o caso da energia solar, mas ela não interessa ao capitalismo porque é democrática e gratuita”, disse.

## Amazônia: desmatamento diminui, mas situação ainda é grave

O Brasil não está entre os países com maior emissão de gases de efeito



para o estabelecimento de indústria, turismo, agricultura e habitats naturais de zonas costeiras.

- Perda de importantes habitats colocando em risco algumas espécies.

### África

- Aumento do número de transmissores de doenças infecciosas, com prejuízo da saúde da população, em uma região que já enfrenta os efeitos da AIDS e da desnutrição.

- Aumento de secas, enchentes e outros fenômenos naturais acentua a pressão por recursos da água, segurança alimentar, saúde e infraestrutura, restringindo o desenvolvimento da África.

- Destruição de ecossistemas vitais, com o desaparecimento de uma das mais ricas biodiversidades do mundo.

### Ásia

- Aumento da incidência de enchentes, secas, incêndios florestais e ciclones tropicais.

- redução da produtividade na agricultura e cultura aquática, provocada pelo efeito térmico da água, elevação no nível do mar, enchentes, secas e ciclones tropicais podem diminuir a segurança alimentar.

- Maior exposição aos vetores de doenças infecciosas aumentando os riscos para a saúde da população.

- Mega-cidades e áreas muito populosas ao longo da costa dos Oceanos Pacífico e Índico são ameaçadas pela elevação no nível do mar e enchentes de rio, provocadas por fortes chuvas.

- O aumento no nível do mar poderia colocar a segurança ecológica em risco, incluindo mangues e recifes de corais.

estufa. Aqui o problema é outro: 75% da nossa emissão de carbono na atmosfera são provenientes do desmatamento e das queimadas. “É nossa contribuição para o aquecimento global. Nos últimos 35 anos, a Amazônia Brasileira já perdeu quase 17% de sua cobertura florestal devido, principalmente, à expansão da agropecuária e à exploração ilegal de madeira”, afirma o coordenador da Campanha de Clima do Greenpeace Carlos Ritti.

A ministra Marina Silva, em entrevista à Rádio Band News, destacou as ações do Ministério do Meio Ambiente para combater essa situação. “Agora temos um sistema de detecção de desmatamento real, com informações a cada 15 dias, o que permite agir e impedir o desmatamento; também realizamos ações interligadas entre ministérios, reunindo equipes do Ibama, da Polícia Federal, do Exército e do Ministério do Trabalho para combater a grilagem de terras e as práticas ilegais. Com tudo isso, a previsão deste ano é que o índice de desmatamento caia em 40%. Em 2002, tínhamos um índice de 27% de crescimento do desmatamento. É um grande avanço”, enfatiza a ministra.

As organizações ambientalistas reconhecem as iniciativas do governo Lula, mas advertem que os recursos financeiros destinados ao combate ao desmatamento e às queimadas são insuficientes. “A falta de recursos para o Ibama fiscalizar é um dos componentes da ausência do governo na região amazônica. Isso pode levar a um novo aumento do desmatamento e da atividade madeireira ilegal na região.”, afirma Nilo D’Avila, que recentemente coordenou uma expedição do Greenpeace que cruzou de ponta a ponta a BR-163 (Cuiabá-Santarém).

### Carta da Terra

Neste mês de novembro, em Londres, realiza-se mais uma Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas, na qual até o próprio primeiro-ministro britânico Tony Blair pedirá um novo tratado internacional contra o aquecimento global. De qualquer forma, a Carta da Terra, promulgada pela ONU em 2001, já avisou todos os poderosos do planeta: “A escolha é nossa, ou cuidamos do planeta e uns dos outros, ou participamos da destruição de nós mesmos e da diversidade da vida”.

## Nos EUA, catástrofe ambiental vira negócio lucrativo



Katrina

O historiador e escritor norte-americano Mike Davis, em artigo publicado pelo jornal Le Monde Diplomatique, intitulado “O capitalismo da catástrofe”, denuncia que está surgindo um novo grande negócio para os capitalistas: o mercado das catástrofes. “Depois do Iraque, o grande negócio da reconstrução entra em ação em Nova Orleans”.

Davis conta que nenhum desastre foi antecipado com tal grau de precisão como o Katrina. Desde 2001, estudos detalhados do FEMA (Agência Federal de Gestão de Ingerência dos EUA) previam que um furacão de categoria cinco deixaria pelo menos

160 quilômetros quadrados de superfície urbana completamente submersas e poderia ocasionar entre 80 mil e 100 mil mortes. Em 2004, novo estudo confirmou as informações de uma possível mega-catástrofe em Nova Orleans.

O que governo Bush fez? Rejeitou as exigências urgentes e cortou o orçamento de manutenção e de construção de diques. Não contente, também tratou de esvaziar a FEMA, cancelando boa parte dos seus principais programa de prevenção de inundações e tempestades.

Quando as águas começaram a submergir em Nova Orleans, as equipes de socorro e os funcionários municipais se encontravam desprovidos de qualquer meio de comunicação e não havia provisão de rações alimentares, água potável, sacos de areia, óleo, sanitários móveis, ônibus, barcos e helicópteros. Os pobres eram obrigados a deixar a cidade a pé. Na ausência de alerta oficial, a subida das águas se transformou em uma armadilha mortal para centenas de habitantes surpreendidos quando dormiam... Por todos os lados, o dilúvio chegou ao nível dos tetos, afetando ou destruindo cerca de 150 mil unidades de habitação.

Tão logo a questão da reconstrução da cidade surgiu, a Casa Branca, segundo Mike Davis, tratou de anunciar a suspensão das normas salariais em vigor, em virtude do chamado Davis-Bacon Act (uma legislação do tempo do New Deal que obriga as obras públicas a respeitarem o salário mínimo local e há muito tempo alvo dos republicanos conservadores).

Mike Davis relata ainda que duas semanas após a tragédia Bush anunciou toda uma série de reformas cobiçadas por sua base ultraconservadora: um sistema de controle para a educação e o alojamento, o reforço do papel das igrejas, generosos descontos de impostos para o setor privado e a suspensão de toda uma série de regulamentações federais de controle (proteção) do meio ambiente para as perfurações petrolíferas.

# Há 20 anos fábrica de BHC era interdita por causa da insalubridade

*No caso (ou seria melhor descaso!) das Indústrias Químicas Matarazzo foi o próprio trabalhador que serviu como o indicador mais dramático da situação*

Por Gislene Madarazo

**H**á 20 anos, em 30/10/1985, São Caetano do Sul era palco de um marco histórico na luta em defesa da saúde do trabalhador(a) brasileiro(a). Pela primeira vez no País, era interdita uma fábrica por absoluta falta de segurança à saúde de quem nela trabalhava. Uma história de dor e descaso, mas também de coragem e determinação que deve sempre ser lembrada, contada, divulgada, afinal, na parte ambiental, o problema da contaminação se arrasta até hoje.

Quem passa pelo viaduto do Complexo Viário Prefeito Tortorello – uma via de acesso aberta pela prefeitura de São Caetano do Sul, no ano passado, dentro do terreno da Matarazzo – tem a impressão que está diante de ruínas de uma guerra, de uma área completamente abandonada, com prédios caindo aos pedaços e vidros quebrados. O problema é que há vinte anos, essa paisagem não era muito diferente. Em 1985, o aspecto obsoleto da fábrica já denunciava a situação dramática de quem estava dentro dela. Instalada na cidade na década de

30, a Matarazzo utilizou benzeno, cloro e mercúrio na sua produção, contaminando os trabalhadores e meio ambiente.

## A atuação do Sindicato

Ao ganhar as eleições do Sindicato dos Químicos do ABC, em 1982, a nova diretoria (agora cutista) coloca a Saúde do Trabalhador entre as suas prioridades e exige que o Estado, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, implante o Programa de Saúde dos Trabalhadores Químicos do ABC, que funcionava nos Centros de Saúde de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, com assessoria técnica do DIESAT e gerenciamento do próprio Sindicato. Foi através desse programa que o Sindicato identificou, no mês de setembro de 85, cerca de 30 casos de leucopenia (redução dos glóbulos brancos, responsáveis pelas defesas do organismo) entre os trabalhadores da Matarazzo.

“O Sindicato desconfiava da contaminação. O Domingos Lino, que era diretor de base que trabalhava na Matarazzo, trazia





As ruínas em fotos de maio/2005...

informações sobre os produtos manipulados pela fábrica e sobre seus efeitos na saúde dos trabalhadores. O Sindicato começou a conscientizar sobre o problema, chamando uma reunião e incentivando os operários a procurar o Programa de Saúde dos Químicos do ABC. O Programa confirmou a suspeita de contaminação e a partir desses exames, o Sindicato acionou a Delegacia Regional do Trabalho (DRT)”, conta o então Secretário de Saúde do Sindicato, Remígio Todeschini, no livro “Insalubridade: Morte Lenta no Trabalho”, da Oboré Editorial, do qual é co-autor.

Junto aos casos de leucopenia, o Sindicato recebeu denúncias de que a Matarazzo comercializava o BHC de forma irregular. Para transportar o veneno, as notas fiscais saíam como talco para burlar a fiscalização. Em 1985 já era proibida a



... e em maio/1992

comercialização do BHC, o produto só podia ser utilizado pelos órgãos de saúde pública, como Sucam e a Sucen para combate aos vetores de doenças infecciosas como barbeiro e os mosquitos que transmitem a febre amarela e a malária.

## As condições de trabalho

No dia 15 de outubro de 1985, os fiscais da DRT chegaram bem cedo e de surpresa para a primeira vistoria na Matarazzo. O diretor do Sindicato Remígio Todeschini e a imprensa foram impedidos de entrar, mas, segundo Todeschini, na saída, o rosto dos fiscais demonstrava bem o estado da fábrica: “Eles descreviam o inferno”. Naquele dia, a falta de equipamentos impossibilitou a avaliação dos índices de benzeno no ar, mas foram constatadas sérias irregularidades: vazamentos de produtos tóxicos; equipa-

## Conheça os produtos tóxicos:

**BHC** – Hexacloro-ciclohexano e isômeros é um organoclorado empregado como inseticida. Intoxicação por BHC pode ocorrer por absorção cutânea, ingestão ou inalação. Ações patogênicas mais graves ocorrem em nível de sistema nervoso central, fígado, rins e medula óssea, podendo comprometê-los irreversivelmente.

**Benzeno** – agente reconhecidamente cancerígeno, sua ação tóxica mais grave é a redução da capacidade de produzir células sanguíneas pela medula óssea. Essa ação pode levar a quadros de hipoplasia medular de diferentes graus, sendo a aplasia medular o mais grave deles. Outras patologias graves decorrentes da exposição ao benzeno relacionam-se a leucemia e necrose do fígado. Não existe limite seguro de exposição ao benzeno e a única forma de prevenção é a não exposição, que pode ser feita pela sua substituição por produtos ou assegurar tecnologia adequada para evitar a exposição.

## Entenda a leucopenia

Devido a redução dos glóbulos brancos, uma pessoa com leucopenia está sujeita a contrair doenças e até morrer de infecções, principalmente respiratórias. Os sintomas iniciais são semelhantes ao estresse: o trabalhador(a) sente fadiga, irritabilidade, falta de apetite, e pensa que está apenas cansado. A leucopenia pode evoluir para quadros mais graves, como a leucemia (câncer no sangue), ou a aplasia da medula (incapacidade da medula óssea produzir células sanguíneas). Não há tratamento para a leucopenia, mas o rápido afastamento do ambiente contaminado pode fazer a doença regredir a prevenir complicações.



foto: Roberto Parizotti



foto: Roberto Parizotti

Protesto contra o BHC em 08.05.1992

mentos em estado precário e falta de manutenção; possível inalação de pó contendo BHC e evidência provável de teores atmosféricos de benzeno além do que o permitido pela legislação; irregularidades na edificação com presença de pisos derrapantes, irregulares, com saliências e depressões e sem proteção contra umidade. Irregularidades que eram fortemente agravadas no fato da Matarazzo utilizar o benzeno, que pode provocar alterações do sistema nervoso central, a ponto de causar fadiga, nervosismo, tontura e vertigens.

Numa segunda vistoria, em 22 de outubro de 85, os fiscais trouxeram um aparelho próprio para as medições de benzeno e ficaram duas horas dentro da fábrica em pleno funcionamento. Resultado: todos os locais avaliados apresentavam concentrações de benzeno muito acima do limite de tolerância permitido pela lei (na época 8 ppms). Os índices variavam entre 20 e 100 ppms. Em certos pontos, os trabalhadores respiravam diariamente 120 vezes mais benzeno do que o máximo permitido pela legislação da época.

As conclusões do laudo técnico feito pelo Eng. Rui de Oliveira Magrini e pelo Médico do Trabalho Dr. Danilo Fernandes Costa constatavam: as condições de trabalho eram propícias à ocorrência de doenças profissionais muito graves; os exames médicos periódicos já identificavam claramente que os métodos e condições de trabalho determinavam a absorção de substâncias tóxicas pelos trabalhadores, com oito casos de alterações hematológicas graves. Tecnicamente estava bem caracterizada uma condição de trabalho que não poderia ser permitida pela DRT. Foi recomendado à Matarazzo a imediata eliminação de vazamentos de benzol e enclausurar o método de avaliar a densidade de BHC em benzol como primeira providência a ser adotada para justificar a suspensão da interdição.

## Sindicato briga pela ratificação da interdição

No dia 26 de novembro, numa assembléia com os trabalhadores da Matarazzo, o Sindicato descobriu que a DRT havia autorizado o funcionamento da fábrica a partir de 14/11/85, durante o tempo necessário para que pudessem ser realizadas novas avaliações pela DRT. O Sindicato foi para a imprensa e para a DRT com as denúncias da comercialização irregular de BHC e depois de muita insistência conseguiu uma nova série de fiscalizações que terminaria com um novo laudo técnico ratificando a interdição, em janeiro de 1986.

“Permanece (...) a liberação de grande quantidade de benzeno para a atmosfera, e segundo informações, quando a pressão interna é alta, jorra BHC líquido, o que é facilmente constatável pela presença de pastas esbranquiçadas sobre o piso”, afirma um trecho do segundo laudo. Conclusão: “as medidas adotadas

*Os resíduos da produção de BHC eram estocados sem qualquer segurança e por toda a fábrica*



fotos: Rui Magrini/Avani Stein





foto: Roberto Parizotti

Remígio Todeschini fala em protesto contra o BHC (maio/92)

foram insuficientes, permanecem em diversos locais da fábrica elevadas concentrações de benzeno no ar; grandes quantidades de BHC caracterizado como resíduos do processo não recebem destinação adequada; poeiras e pastas do produto, nas suas diversas fases de processamento, encontram-se por toda a fábrica, expondo trabalhadores à aspiração, absorção pela pele e por via oral. No local, há grandes quantidades de BHC, formando montes que possuem aproximadamente 2 mil toneladas acomodadas em galpões precários e inadequados para esse fim. Portanto, há condições de risco grave e eminente à saúde dos trabalhadores, assim, manter a interdição”.

## Depoimento dos trabalhadores...

“Alguns chegavam a desmaiar. Teve um caso de um companheiro que ao ir fazer o exame de sangue, não acharam as veias em seu braço. Seu sangue ficou branco de tanto cheirar gás. Ele foi afastado definitivamente do trabalho pela previdência e está aposentado”.

“Havia gente que trabalhava duas horas e se demitia. Dizia que não tinha matado a mãe a soco, por que deveria continuar ali?”

“Os médicos da empresa respondiam sempre com evasivas aos trabalhadores doentes que se sentiam mal durante a jornada. Eles só dispensavam quem tinha febre. E quando isso acontecia, o operário ficava duplamente preocupado por causa da saúde e por causa do emprego, pois a empresa normalmente demitia aqueles que pioravam”.

“Havia vazamentos em vários canos de chumbo que transportavam benzeno. Colocavam-se tambores debaixo dos vazamentos onde caía o líquido. Durante um dia e uma noite chegava a juntar 400 litros de benzeno nesses tambores. Depois a direção mandava jogar tudo no rio ao lado da fábrica”

*Relato de trabalhadores da Matarazzo no livro “Insalubridade: morte lenta no trabalho”, da Oboré Editorial.*

## ...e dos moradores

“A gente põe a roupa no varal e o cheiro de BHC penetra nas fraldas do bebê. É um cheiro horrível”.

“Meus pais não vêm me visitar porque se sentem mal. Eu não me sinto mal porque estou acostumada”.

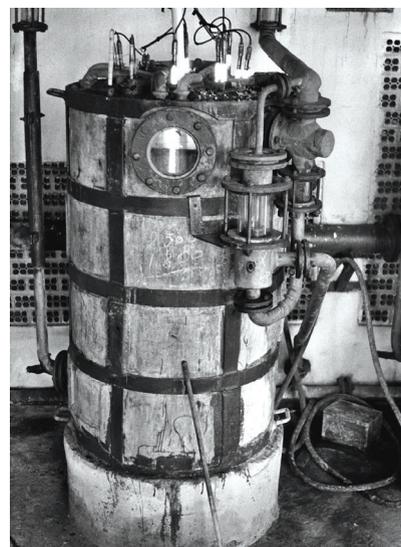
*Entrevistas feitas pela reportagem da TV Manchete em 1985.*

## O caso de Pedro Mangureira Filho

“Meu marido faleceu em 7 de abril de 1984, aos 52 anos. Trabalhava há nove anos na Matarazzo como mecânico de manutenção. E desde 1978, cinco anos depois de entrar na empresa, ele começou a se queixar de tonturas. Mas só no início de 84 o câncer apareceu. Os médicos confirmaram as alterações no sangue e diagnosticaram a leucemia. Os médicos do INAMPS que tratavam do Pedro sempre disseram que ele foi afastado do trabalho muito tarde. A Matarazzo nunca ajudou, nem mesmo o pagamento dos exames ou do tratamento”, relatou Dona Camila Vieira, viúva de Pedro Mangureira Filho, ao Sindicato.

O caso fatal de Pedro, somado aos laudos técnicos da DRT, foi determinante para que o Ministério Público entrasse com ação civil e criminal na Justiça contra a Matarazzo. Ambas ações foram julgadas no final de 1987. A Matarazzo foi condenada a pagar a viúva de Pedro indenização, pensão mensal, despesas do enterro, custos do processo e honorários dos advogados. O gerente geral foi absolvido, sob o argumento de que recebia ordens.

“Esse julgamento inédito no Brasil serviu de alerta para as indústrias. Ele abre precedentes para que outros casos de leucopenia ou de qualquer doença do trabalho possam também exigir indenizações”, ressaltou, na época, o Sindicato dos Químicos do ABC.



*Dentro da fábrica, máquinas velhas e processos obsoletos*

foto: Rui Magrini

## Entrevista

*A DRT não pode ser neutra, nós temos missão em defesa da saúde do trabalhador”*



Rui de Oliveira Magrini

A frase acima é do engenheiro Rui de Oliveira Magrini, diretor da Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho (DSMT-DRT/SP) em 1985. Ele e o médico Danilo Fernandes Costa, então Chefe de Seção de Medicina do Trabalho da DSMT, foram os técnicos responsáveis pelo laudo que concluiu pela interdição da Matarazzo em out/85 e sua ratificação em jan/86. A seguir, contam um pouco do significado desse trabalho pioneiro e exemplar. Confira!



Danilo Fernandes Costa

por Gislene Madarazo

### A interdição

**Rui Magrini:** A gente tinha acabado de assumir, foi nossa primeira atividade. O Remi, diretor do Sindicato, trouxe essas demandas e nós cumprimos as etapas básicas: apreciação qualitativa e quantitativa da área, medição de concentrações, pesquisamos legislação. E fizemos tudo isso em mesa redonda com o Sindicato e a empresa.

**Danilo Costa:** Foi a primeira interdição de que tenho notícia, porque no Brasil não existia essa prática. A interdição existia na lei, mas não era aplicada. O que eu tenho visto ao longo desses anos são empresas com características semelhantes, que vão funcionando até quando não dá mais, aí vão embora, são padrões com uma concepção absolutamente predatória.

### Ação articulada

**Danilo Costa:** O caso Matarazzo é também referência de ação articulada. Talvez até seja a primeira vez que temos uma ação conjunta da Secretaria de Saúde, do Sindicato e do Ministério do Trabalho, uma aspiração que sempre tivemos. Somaram-se esforços e tivemos resultados concretos, não foram meramente ações burocráticas, contemporizações.

**Rui Magrini:** Naquele momento ficou claro que a DRT não pode ser neutra. Nós temos missão em defesa da saúde do trabalhador, então não tem neutralidade. Nós chegamos na mesa redonda com a empresa e dissemos: vamos continuar discutindo soluções, mas vocês vão ter que ser interditados.

### Pressão política e empresarial

**Danilo Costa:** Tivemos muitas dificuldades para realizar a interdição e para mantê-la. O delegado José Carlos Stein deu bastante sustentação para a nossa ação, inclusive logo depois foi exonerado pelo então Ministro do Trabalho Almir Pazianotto. Não foi apenas pelo ato de interdição, mas esse ato foi listado entre as dez razões pelas quais Pazzianotto exonerou Stein.

**Rui Magrini:** A Matarazzo abriu processo na Justiça contra a DRT, alegando que havíamos desrespeitado a propriedade privada, abusado do poder e que não tínhamos feito a avaliação quantitativa. Nós mostramos nosso trabalho à Juíza Lúcia Vale Figueiredo Colarini e ela negou a liminar para a empresa voltar a funcionar. Nesse ínterim ficamos sabendo da morte de Pedro Mangueira Filho por leucemia melóide aguda. Aí a sentença da juíza foi: “Não há de se combater o mal de Chagas às custas da saúde dos empregados que trabalham para a fabricação de tal matéria”. E acrescentou: “Encaminha-se ao Ministério Público dada a gravidade da matéria”.

### Três venenos

**Rui Magrini:** eram dois venenos para fabricar um terceiro. Benzeno e cloro para fabricar o BHC. A empresa fazia uma pasta que era esparramada. Não é só vazamento, é emanção do próprio processo, exalava o próprio BHC, o benzeno, o cloro; emanava por toda a fábrica. As tubulações tinham gotejamento, chegava a ter corrosão no piso de tanto cair gota de benzeno no concreto.



## Comercialização clandestina do BHC

**Danilo Costa:** Nessa produção saíam cinco tipos diferentes de BHC e um só tipo era adequado para fazer a Campanha do Barbeiro, o resto ficava lá e acho que parte dessa comercialização

clandestina vinha desse residuo. E a gente, na época, apesar de ser proibido, comprava BHC nas lojas de ferragem. Eu mesmo comprei o BHC numa loja em frente à Secretaria de Saúde. Pedi nota fiscal, o vendedor deu, ele não imaginava a repercussão daquilo, e a Matarazzo era a única que produzia o produto no Brasil.

**Rui Magrini:** Na época, meus parentes do interior me falavam: você acabou com o BHC, aquilo era tão bom para matar formigas...

## Contaminação Ambiental

**Danilo Costa:** Estamos falando das Indústrias Químicas Reunidas Francisco Matarazzo, que na época produzia BHC e ácido sulfúrico, mas antes produziu tantas outras coisas. É um terreno contaminado não só com BHC, benzeno e cloro, mas por um coquetel com substâncias persistentes no solo, na água. Esse solo contaminado drena para o lençol freático, tem um ciclo de vida de contaminação ali, que se reproduz.

## O papel da Grande Imprensa

**Rui Magrini:** Quem deu uma boa cobertura do caso Matarazzo naquela época foi a jornalista Fátima Albieri, do Diário do Grande ABC. Ela foi muito importante para nós, todo dia ligava para o delegado perguntando sobre a situação da Matarazzo.

## Monitoramento dos moradores

**Rui Magrini:** Eu fui pessoalmente na Cetesb, enquanto diretor da DRT, e fiz a proposta de interdição conjunta, pois nós sempre buscamos uma ação interinstitucional. Não quiseram, disseram que tinham normas burocráticas com etapas a cumprir e na vizinhança não tinha doentes. Eu perguntei: e o potencial de contaminação, e o rio? Eles responderam que o rio já era contaminado. Então, se houve de fato monitoramento ambiental e dos moradores, a gente não sabe.



## Interdição versus Desemprego

**Rui Magrini:** No caso da Matarazzo o pessoal era reaproveitado em outras empresas do grupo. Mas eu digo para essas pessoas que temem a interdição alegando que irá gerar desemprego que isso é uma falácia. Se a empresa fizer as modificações adequadas, com equipamentos corretos, os fabricantes desses equipamentos vão ter que contratar mais pessoas. Aplicar tecnologia voltada à proteção à Saúde do trabalhador também gera empregos e preserva os já existentes.

ações adequadas, com equipamentos corretos, os fabricantes desses equipamentos vão ter que contratar mais pessoas. Aplicar tecnologia voltada à proteção à Saúde do trabalhador também gera empregos e preserva os já existentes.

## Impacto da reestruturação produtiva na saúde do trabalhador(a)

**Danilo Costa:** Podemos afirmar que houve uma evolução grande do ponto de vista do conhecimento dessas situações, mas nos últimos dez anos, com o impacto da reestruturação produtiva, não temos condições de afirmar que a situação do trabalhador está melhor do que em 1985. Hoje você identifica epidemias de LER/DORT, que está relacionada a mudanças tecnológicas, mas também à retirada de direitos, à perda da cidadania. Do ponto de vista químico, isso é dramático, porque o trabalhador acaba aceitando situações de exposição que talvez há dez anos não aceitasse, por causa do desemprego, da diminuição de contingentes, da terceirização.

## Pioneirismo

**Rui Magrini:** Nesse nível de chão de fábrica, o caso de avaliação técnica foi pioneiro. Essa situação de exposição e essa resposta institucional da DRT, sem dúvida, foi um trabalho pioneiro. Antes os trabalhos eram somente laboratoriais. A Fundacentro comprava tinner e fazia a avaliação de teor do benzeno do tinner no laboratório.

**Danilo Costa:** Para nós, para esta instituição, para a saúde do trabalhador, o caso da Matarazzo foi um marco. Acho muito importante o Sindicato ter essa iniciativa de fazer essa recuperação histórica. Nesta celebração desse processo de luta, nós que participamos temos orgulho de ter estado lá. Que a gente aproveite este momento para refletir novas ações possíveis relacionadas àquela situação que tragam algum benefício aos trabalhadores. ■

# Problema da contaminação da área se arrasta até hoje

Após a ratificação da interdição, a Matarazzo desistiu da produção de BHC. A partir de 1987, informa a CETESB, nenhuma atividade é exercida no local. Mas a herança dramática da contaminação química persiste sem solução.

No início da década de 90, sacos de BHC e toneladas de mercúrio foram encontrados nas ruínas do bairro Fundação. De agosto/95 a março/97, a CETESB realizou investigações e constatou os elevados níveis de concentração desses poluentes. Reportagem do DGABC revela que os técnicos descobriram em torno de 100 toneladas de mercúrio espalhadas pelo terreno.

Em 1995, o Ministério Público entra com ação pública contra a Matarazzo, obrigando-a a retirar todo o material tóxico do local. Como isso não ocorreu, em 2001 a Matarazzo é executada pelo Ministério Público por não cumprimento das ordens judiciais e condenada, com multa diária de R\$ 10 mil. “A dívida hoje ultrapassa os R\$ 9 milhões”, relata a repórter do Diário do Grande ABC, Elaine Granconato, em matéria publicada em 24/02/2005, após falar com o promotor Júlio Sérgio Abbud, autor da ação civil pública ajuizada em 1995.

## Prefeitura utiliza área sem autorização da CETESB

Com base em denúncias de moradores, por causa do forte cheiro de BHC na região, a CETESB constatou em 11/02/05 a construção de obras viárias dentro da área contaminada. As obras, sob responsabilidade da Prefeitura de São Caetano, não tinha autorização nem o conhecimento do órgão ambiental, que exigiu imediata paralisação das obras e isolamento da área. Após muita polêmica, inclusive sobre quem era de fato proprietário da área, no dia 28/03/05 foi realizada uma audiência de conciliação na Quinta Vara Cível de São Caetano, envolvendo Prefeitura, Cetesb, a Matarazzo e Ministério Público. A prefeitura apresentou um protocolo de intenções, com compromissos a serem cumpridos relativos às áreas contaminadas, para que as obras fossem liberadas. Entre eles o isolamento total da avenida por meio de muros; placas alertando sobre o risco de contaminação; vigilância 24 horas; e prazo de 90 dias para a realização de um novo estudo sobre a contaminação química da área. O complexo viário foi inaugurado em 26/05/05.

Questionado sobre a entrega do novo laudo, já que o prazo encerrou-se em junho/05, o Eng. Brun disse que a prefeitura, em



*Placas não mencionam contaminação*



*Muros quebrados tornam área depósito de lixo*



*Fumaça constante e vários cachorros são vistos num dos prédios da área*



set/2005, informou que o estudo estava sendo desenvolvido pela Fundação de Apoio à Tecnologia e pediu prorrogação do prazo para a conclusão do laudo técnico. “Ele deve ser entregue à CETESB ainda este ano. A partir disso, vamos analisá-lo e exigir as providências necessárias”, disse.

## Munícipe paga a conta com a saúde e com os impostos

Na avaliação de algumas fontes ouvidas pela reportagem da Revista Sindiquim, a construção do Complexo Viário tornou a prefeitura herdeira do passivo ambiental, pelo menos de parte dele. O problema é que, dessa forma, o passivo será pago com dinheiro público, ou seja, virá dos impostos pagos pelos cidadãos de São Caetano. (GM)

# Aposentadoria especial continua em debate no país

*Sindicatos exigem clareza nas leis, mais agilidade na fiscalização e maior prevenção no local de trabalho*

O histórico das leis sobre a concessão da aposentadoria especial é vasto e controverso. Até início dos anos 80, bastava trabalhar em atividade ou função reconhecidas como insalubre, perigosa ou penosa para ter direito ao benefício. Considerada um divisor de águas, em 95 entrou em vigor a polêmica Lei 9032/95, extinguindo o enquadramento automático para os grupos profissionais e passando a exigir do trabalhador – para considerar a atividade como especial – provas da exposição a condições prejudiciais à saúde ou integridade física. Por trás da lei se escondia a clara intenção de acabar com a classi-

ficação anterior para conversão do tempo especial em comum.

A nova legislação causou grande debate nacional, e nos anos seguintes aconteceram inúmeras manifestações das categorias prejudicadas contra as medidas do governo Fernando Henrique Cardoso.

## Avanços

Após a eleição do presidente Lula, mudanças estruturais significativas nos ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência mudaram o foco da concessão da aposentadoria especial. “Mas o atual sistema de segurança e saúde do trabalhador ainda é carente de mecanismos que incentivem a prevenção, responsabilizem os empregadores e reconheça os direitos do segurado”, assinala o engenheiro do trabalho Nilton Freitas, assessor do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, “é preciso diminuir conflitos

entre órgãos institucionais, tarifar as empresas de modo adequado e gerenciar eficazmente os fatores de riscos ocupacionais”, enfatiza Freitas.

## Mudanças

Embora os sindicatos reconheçam avanços no mérito da concessão da aposentadoria especial no governo Lula, eles são unânimes sobre a necessidade de modificações mais profundas na lei. O Secretário de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente do Sindicato, Marco Antônio Guilherme dos Santos, denuncia: “Hoje o trabalhador tem que comprovar a exposição por meio de laudos sob controle da empresa. A lei atual permite que uma simples EPI (Equipamento de Prevenção Individual) descaracterize o direito a aposentadoria especial. Nós queremos que a regulamentação preveja claramente os tipos de exposição que fazem mal ao trabalhador”.

## Direito à aposentadoria especial

*Hoje, são necessários os seguintes documentos comprobatórios sobre as condições ambientais de trabalho para concessão da aposentadoria especial:*

1 – **PPRA** (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais)

2 – **PGR** (Programa de Gerenciamento de Riscos)

3 – **PCMAT** (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção)

4 – **PCMSO** (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional)

5 – **LTCAT** (Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho)

6 – **PPP** (Perfil Profissiográfico Previdenciário)

7 – **CAT** (Comunicação de Acidente de Trabalho)

## Regras para concessão da aposentadoria especial

Período Trabalhado	Enquadramento
Até 28/4/1995	Quadro Anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964. Anexos I e II do RBPS, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 1979. Formulário; CP/CTPS; LTCAT, obrigatoriamente para o agente físico ruído
De 29/4/1995 a 13/10/1996	Código 1.0.0 do Quadro Anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964. Anexo I do RBPS, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 1979. Formulário; LTCAT ou demais Demonstrações Ambientais, obrigatoriamente para o agente físico ruído.
De 14/10/1996 a 5/3/1997	Código 1.0.0 do Quadro Anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964. Anexo I do RBPS, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 1979. Formulário; LTCAT ou demais Demonstrações Ambientais, para todos os agentes nocivos.
De 6/3/1997 a 31/12/1998	Anexo IV do RBPS, aprovado pelo Decreto nº 2.172, de 1997. Formulário; LTCAT ou demais Demonstrações Ambientais, para todos os agentes nocivos.
De 1º/1/1999 a 6/5/1999	Anexo IV do RBPS, aprovado pelo Decreto nº 2.172, de 1997. Formulário; LTCAT ou demais Demonstrações Ambientais, para todos os agentes nocivos, que deverão ser confrontados com as informações relativas ao CNIS para homologação da contagem do tempo de serviço especial, nos termos do art. 19 e § 2º do art. 68 do RPS, com redação dada pelo Decreto nº 4.079, de 2002.
De 7/5/1999 a 31/12/2003	Anexo IV do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999. Formulário; LTCAT ou demais Demonstrações Ambientais, para todos os agentes nocivos, que deverão ser confrontados com as informações relativas ao CNIS para homologação da contagem do tempo de serviço especial, nos termos do art. 19 e § 2º do art. 68 do RPS, com redação dada pelo Decreto nº 4.079, de 2002.
A partir de 1º/1/2004	Anexo IV do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999. Formulário, que deverá ser confrontado com as informações relativas ao CNIS para homologação da contagem do tempo de serviço especial, nos termos do art. 19 e § 2º do art. 68 do RPS, com redação dada pelo Decreto nº 4.079, de 2002.

Tempo de atividade a ser convertido	Para 15	Para 20	Para 25	Para 30 (mulher)	Para 35 (homem)
De 15 anos	1,00	1,33	1,67	2,00	2,33
De 20 anos	0,75	1,00	1,25	1,50	1,75
De 25 anos	0,60	0,80	1,00	1,20	1,40

**Exemplo:** Um trabalhador esteve exposto ao benzeno durante 10 anos. Para transformar este período em tempo comum, ele deverá multiplicar os 10 anos por 1.4. Como resultado obterá 14 anos, que valerá para a aposentadoria por tempo de contribuição. Em caso de dúvida, consulte sempre o advogado do Sindicato.



A Secretaria de Saúde do Sindicato dos Químicos do ABC e a Comsat (Comissão de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente) promoveram um debate (20/07) sobre a Aposentadoria Especial com presença de mais de 200 participantes de várias categorias. Este debate fez parte das atividades de comemoração dos 25 anos de existência do Diesat (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho) em defesa da saúde e da vida dos trabalhadores.

Os presentes tiraram como encaminhamento realizar um seminário nacional em Brasília, com participação das três principais centrais sindicais do país. A CNQ/CUT estará coordenando o evento, cujo objetivo principal é abrir um debate franco sobre a aposentadoria especial com os parlamentares na Câmara dos Deputados



## O Perfil Profissiográfico Previdenciário resolve?

De nome difícil, o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) é uma planilha concentradora de todos os documentos necessários para o trabalhador reivindicar o seu direito à aposentadoria especial. A partir de janeiro de 2004, a emissão do PPP pelas empresas passou a ser obrigatória, justamente para evitar a não rara dispersão dos vários documentos, o que prejudicava ainda mais o trabalhador.

Para Marco Antônio Guilherme dos Santos, secretário de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente do Sindicato, se o PPP pode ser considerado um avanço na sistematização dos documentos, o principal problema para

quem pleiteia a aposentadoria especial não foi resolvido. “Acontece que o controle de todo o processo de emissão desses documentos e do PPP continua nas mãos das empresas. Por vezes, o trabalhador nem conhece os seus direitos”. O secretário chama atenção para a necessidade de aperfeiçoar a fiscalização sobre as condições ambientais de trabalho, exigindo das empresas medidas de engenharia visando a proteção coletiva dos trabalhadores.

Entretanto, se preenchido corretamente pela empresa o PPP facilita o acesso a um diagnóstico mais preciso sobre a vida do trabalhador, servindo como prova dos direitos à concessão da aposentadoria especial. Esta é a opinião de Fá-

tima Conceição, gerente executiva do INSS de Santo André, para quem as empresas honestas só têm a ganhar. “Elas diminuem documentos arquivados, obtêm maior segurança jurídica, além de construírem um certificado completo sobre o cumprimento das normas de segurança perante os órgãos de fiscalização”.

E para o INSS, afirma a gerente, com o PPP fica mais ágil o rastreamento de informações, trazendo segurança na caracterização dos benefícios ocupacionais, agilização das ações regressivas, segurança na concessão da aposentadoria especial e aumento da receita previdenciária.



# De mineral mágico à poeira assassina: o que você precisa saber para se proteger

*Há 10 anos, em 1995, os ex-trabalhadores da Eternit e Thermoid que foram acometidos pelas doenças causadas pelo amianto juntaram-se e criaram a ABREA – Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto – para lutarem coletivamente pelos seus direitos. Logo uniram-se a eles os trabalhadores da Brasilit, empresa localizada em São Caetano desde 1937 e que deixou muita gente contaminada.*

*Desde então, a luta da ABREA é um trabalho de “formiguinha” que vem dando excelentes resultados. Foi por meio dessa batalha diária, por exemplo, que São Caetano veio a ser uma das primeiras cidades brasileiras a aprovar uma lei municipal proibindo o uso do amianto.*

*Para facilitar o entendimento do que é o amianto e as conseqüências de seu uso para a nossa saúde, confira abaixo algumas questões.*

## - O que é o amianto ou asbesto?

É um mineral encontrado em abundância na natureza e que vem sendo usado pelo homem desde a pré-história por causa da sua resistência ao calor. Está presente na maioria das indústrias e em mais de 70% das residências brasileiras porque tem muitas utilidades, entre elas, não pega fogo, não se destrói, é tão resistente quanto o aço e mesmo sendo uma rocha, suas fibras podem ser transformadas em tecidos usados para roupas que suportam altas temperaturas.

## - Por que se diz que é o amianto é um inimigo do homem?

Por que ele é cancerígeno e provoca várias doenças nos seres humanos.

## - Há formas de evitar essas doenças?

Não, porque o amianto quando entra no corpo humano pela respiração ou ingestão não pode ser destruído por nenhum agente como calor, microorganismos, bactérias, ácidos e as defesas do organismo. Ele fica dentro do nosso corpo, principalmente em órgãos como pulmão, laringe e em tecidos de revestimento do organismo como pleura (tórax) e peritônio (abdômen).



## - Quais são as doenças provocadas pelo amianto?

As doenças do amianto não têm cura e são progressivas, mesmo que se evite a continuidade do contato com o mineral. Podem levar muitos anos para se manifestarem no organismo, como se fossem “incubadas”. Algumas podem matar a curto prazo e outras vão matando lentamente por asfixia. São elas: Asbestose; Câncer de Pulmão; Mesotelioma de Pleura e Peritônio; Doenças Pleurais e outros Cânceres (laringe, faringe e demais órgãos do aparelho digestivo).

**- Quais são as indústrias que trabalham com o amianto?**

Mais de três mil itens estão listados por conterem amianto: caixas d'água e telhas de cimento-amianto; revestimentos de discos de embreagem, lonas e pastilhas de freios para carros, ônibus, caminhões; tecidos e mantas anti-chamas, tecidos para isolamento térmico; pisos vinílicos; papelões hidráulicos; juntas automotivas; tintas e massas retardadoras de fogo, plásticos reforçados, entre outros. Com a proibição em curso em todo o mundo, muitos produtos que usavam amianto foram substituídos por materiais reconhecidamente menos perigoso à saúde.

**- Só os trabalhadores(as) que manipulam o amianto adquirem estas doenças?**

Não, o amianto é um grave problema de saúde pública pois pode atingir as pessoas que lavam as roupas dos trabalhadores(as), as crianças que são abraçadas pelos pais com as roupas de trabalho contaminadas, os que moram vizinhos a estas fábricas e o consumidor que adquire produtos à base deste material ou que se expõe à poeira liberada por ele.

**- Há como evitar a contaminação?**

Não, essas fibras são indestrutíveis pelos mecanismos de defesa do organismo. A única forma de prevenir o aparecimento das doenças é não ter nenhum contato com o amianto.

**- Se ele é tão nocivo, por que não é proibida sua utilização?**

Na verdade ele já está proibido em 42 países, entre eles Itália, França, Suíça, Alemanha, Inglaterra, Áustria, Holanda, Argentina, Uruguai, Chile, entre outros. No Brasil e em vários outros países há movimentos no sentido de proibir totalmente o seu uso, mas os interesses econômicos ainda têm prevalecido em



detrimento da saúde e da vida das populações. Muitas cidades brasileiras seguiram o exemplo de São Caetano, como Osasco, Mogi Mirim, São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Recife, Amparo, Guarulhos etc.

**- Que interesses econômicos impedem a proibição no Brasil?**

Aqui temos uma das maiores minas de amianto do mundo. Ela fica em Minaçu (Goiás) e é a segunda maior arrecadação de impostos daquele Estado, correspondendo a 30% do seu faturamento bruto. Corresponde a 11% de todo o amianto explorado no mundo e o Brasil atualmente o Brasil é um grande consumidor e exporta 65% de sua produção anual, em torno de 250 mil toneladas, para países como Índia, Tailândia, Indonésia, México e outros países da América latina.

**- Quando substituímos o amianto por outros materiais, como descartá-los de forma a não contaminar o meio ambiente?**

Infelizmente só temos um aterro especial licenciado e autorizado para o descarte do amianto no Estado de São Paulo, na cidade de Tremembé, que certamente não daria conta se todos os habitantes decidissem, a curto prazo, descartar nele os materiais de amianto. Assim, a ABREA recomenda que se quebre muito bem as peças de amianto no descarte, de forma que nada seja reaproveitável, depois embale muito bem e etiquete alertando que aquele lixo contém amianto e que ele é perigoso, cancerígeno e que deve se evitar gerar poeira na sua manipulação. E atenção: o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), através de sua Resolução 348 de 16/8/2004, decidiu que todo o entulho de construção civil é classificado como resíduo perigoso e deve ir para estes aterros especiais.





## Quer saber mais? Entre em contato com a ABREA

Além de esclarecer a opinião pública e lutar pelo banimento do amianto, a ABREA cadastra as pessoas para exames médicos em centros especializados em doenças do amianto e propõem ações de indenização para as vítimas, através dos seus advogados. Qualquer pessoa que se considere exposta ou atingida pelo amianto ou interessada na questão do seu banimento pode entrar em contato com a associação.

“É importante que as pessoas que trabalharam na Brasilit de São Caetano, ou conhecem alguém que trabalhou, entrem em contato com a gente. A empresa é obrigada a monitorar a saúde desses trabalhadores

por 30 anos, e a ABREA pode orientar sobre esse e demais direitos”, destaca o atual presidente da entidade, Eliezer João de Souza.

A sede da ABREA fica em Osasco, mas no ABC a entidade realiza assembleias abertas todo terceiro sábado de cada mês no seguinte endereço: rua Perrela nº 278 – Centro – São Caetano – próximo à estação de trem.

O telefone, para atendimento de segunda a sexta, em horário comercial, é (11) 3681-2710. Você pode consultar também o site da ABREA na Internet: [www.abrea.com.br](http://www.abrea.com.br) e se comunicar pelo e-mail: [abrea@abrea.com.br](mailto:abrea@abrea.com.br)

## Na França, relatório do senado culpa o Estado, as indústrias e até sindicatos pela contaminação

O senado francês, em documento divulgado em 26/10/2005, afirma que há uma responsabilidade coletiva, incluindo os poderes públicos, empresas e sindicatos, sobre as conseqüências da contaminação por amianto, definidas como “catástrofe sanitária”. Acusa ainda o Estado francês de se deixar anestesiar pelo lobby das empresas do amianto.

Toda a comercialização do produto foi proibida na França em 1997, mas desde 1960 já eram conhecidos os danos causados à saúde, principalmente em pessoas que tiveram contato direto com o minério.

De 1965 a 1995, 35 mil pessoas morreram contaminadas pelo amianto na França. A estimativa para os próximos 25 anos, confirmada pelo relatório, é que de 60 mil a 100 mil pessoas devem morrer no país. A medicina do trabalho e alguns sindicatos são responsabilizados por não terem agido a tempo.

### 2006: unir forças contra o amianto

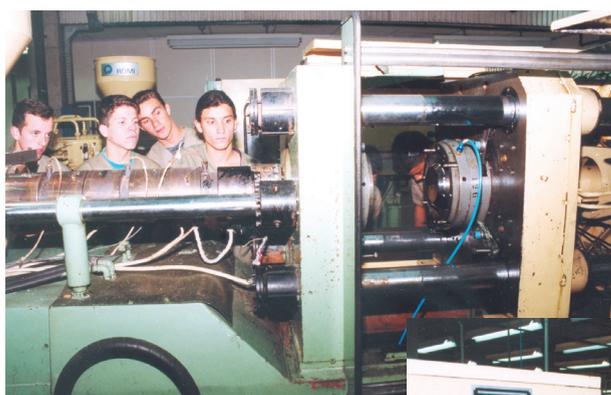
Em outubro, a União Européia decidiu que 2006 será o Ano de Ações Anti Amianto nos seus 25 estados-membros. A OIT – Organização Internacional do Trabalho – também recomendou que em 2006, o 28 de abril - Dia em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho – priorize a luta pelo banimento do minério cancerígeno em todo o planeta.

# Acordo garante segurança em máquinas injetoras de plástico

*Se a empresa não cumprir as exigências da Convenção, a injetora deverá ser paralisada imediatamente*

**D**ez anos após a assinatura da primeira Convenção Coletiva sobre Prevenção de Acidentes em Máquinas Injetoras de Plásticos, os sindicatos filiados à CNQ (Confederação Nacional do Ramo Químico) tem bons motivos para comemorar. Neste década, o índice de acidentes recuou mais de 30%, mas ainda preocupa a categoria.

A Convenção responsabiliza as indústrias de transformação do setor plástico a instalar dispositivos de segurança em máquinas injetoras, visando impedir a exposição dos operadores e envolvidos na manutenção a riscos e acidentes. O não cumprimento do acordo leva a caracterização da existência de risco grave, cabendo aos representantes dos trabalhadores denunciar e notificar por escrito a



*Alunos do Programa Alquimia durante aula sobre manuseio e segurança de injetora*

CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes); o SEESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) e a direção da empresa. O procedimento determina a paralisação da máquina, até o cumprimento da condição prevista no acordo.



## Caldeiras e vasos de pressão

As caldeiras a vapor são equipamentos produtores e acumulativos de vapor sob pressão superior à atmosférica. As empresas que possuem este tipo de equipamento devem informar o Sindicato sobre as questões de segurança.

A Lei 6.514/77, cap. V, título II da CLT, Art. 161, § 2; Port. 3214 de 78; NR3 e NR28) normatiza o funcionamento de tais equipamentos. Se estiver fora das normas (veja box), caracteriza-se **risco grave e iminente** à vida dos opera-

dores e trabalhadores do local.

Dentre as normas destaca-se: placa de identificação com dados do fabricante, ano de fabricação, pressão máxima admitida, capacidade de produção de vapor etc. Também são exigidos manual de operação atualizado, registro de segurança, projeto de instalação do equipamento ou de alteração, reparo e relatórios de inspeção atualizados etc. Consulte a NR – 13 em nosso site ([www.quimicosabc.org.br](http://www.quimicosabc.org.br)), ou site do Ministério do Trabalho e Emprego ([www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br))



Se o objetivo inicial foi preservar membros, num segundo momento a Convenção contribuiu para o desenvolvimento profissional dos trabalhadores e serviu como modelo para outros acordos similares (indústrias metalúrgicas do Estado de São Paulo etc), além de motivar a elaboração de normas técnicas de segurança para a fabricação de injetoras.

## Selo significa máquina segura

A Convenção renovada em setembro do ano passado traz *lay-outs* aprimorados

dos dispositivos de segurança e o *check-list* para concessão do selo de segurança para ser aplicado nas máquinas injetoras. Se você é operador(a), verifique se a injetora possui este selo; caso contrário, denuncie aos representantes da fábrica ou ao Sindicato. Cerca de duas mil injetoras de plástico já receberam o selo, embora muitas ainda continuem produzindo sem os dispositivos de segurança.

## Cuidado

Se você é ajudante ou auxiliar de produção, não pode, em qualquer hipótese,

operar máquinas injetoras, ou outros tipos de máquinas e equipamentos, como, por exemplo, caldeiras, reatores e empilhadeiras. Este tipo de trabalho caracteriza desvio de função e põe sua vida em risco. Segundo a Convenção renovada, todos os trabalhadores operadores dessas máquinas, ou com atividade profissional próxima, devem ter formação específica sobre os dispositivos de segurança. A Secretaria de Saúde do Sindicato ministra estes cursos através da COMSAT; cabe a você exigir este direito na empresa.

# Risco grave e iminente em caldeiras (NR 13)



## Seu direito está garantido!

(íntegra nos itens 13.3.4, 13.3.5 ao 13.3.11).

■ **Desrespeito ao projeto de fabricação** – As condições de projeto de uma caldeira devem ser rigorosamente observadas, em conformidade com o item 13.3.12.

■ **A Falta de inspeção de segurança** é considerada condição de **risco grave e iminente** (passível de **interdição** da caldeira). A inspeção deve atender ao item 13.5 e seus subitens. Para ser feita a fiscalização, exige-se o pleno atendimento ao item 13.5.13 (Relatório de Inspeção), empregada a norma técnica compatível.

■ **Falta de instrumentos de segurança** – Falta de válvula de segurança ajustada em valor igual ou inferior à PMTA, falta de manômetro para indicar a pressão do vapor acumulado e outros mencionados no item 13.1.4 da NR 13.

■ **Instalação Inadequada** – saídas ou ventilação insuficiente; falta de sensor de gás (quando se tratar de caldeira a gás); iluminação insuficiente; falta de iluminação de emergência e outros citados nos itens 13.2.3; 13.2.4 e 13.2.5.

■ **Artifícios, ou “gambiarras”** – *Jumps* ou outros artifícios que neutralizem elementos de controle, como pressostatos, ou de segurança, como válvulas, manômetros e outros citados no item 13.3.2.

■ **Falta de operador** – “Toda caldeira a vapor deve estar obrigatoriamente sob operação e controle de operador de caldeira”. O não atendimento da exigência caracteriza condição de **risco grave e iminente**



# O que fazer e como prevenir

*Entre as várias doenças relacionadas ao trabalho, destacam-se as LER/DORT, conhecidas como tendinites, bursites e tenossinovites. No Brasil, desde a década de 80, a incidência dessas doenças tem aumentado assustadoramente, o que levou as autoridades a reconhecê-las como doença do trabalho. A seguir, algumas orientações para os trabalhadores(as) enfrentarem esse problema na fábrica*

## Quais são os sintomas?

Sensação de desconforto e cansaço na parte do corpo acometida (geralmente dedos, mãos, braços, costas, ombros e pescoço) que no início passam ao descansar, mas depois o repouso não alivia mais. Dores, inchaço, dormência, formigamento, diminuição da força muscular e sensação de choque que vão piorando progressivamente.

## O que fazer no caso de suspeita de LER/DORT?

Procurar de preferência o médico do trabalho do Sindicato assim que sentir os



primeiros sintomas (dores nos braços, nas costas, dormência nas mãos etc.); explique ao especialista como é a sua atividade na fábrica. Se o diagnóstico for confirmado, as representações dos trabalhadores (CIPA, SUR, Comissões de Fábrica e o Sindicato) devem ser avisadas para que possam exigir da empresa investigação e medidas de soluções dos problemas.

## Em que tipo de situação o trabalho pode gerar as LER/DORT?

Pressão da chefia; ritmo acelerado e exigência de produção; movimentos repetitivos nos processos de trabalho;

número insuficiente de trabalhadores; acúmulo de funções; instrumentos de trabalho inadequados; sobrecarga de tarefas; jornada excessiva de trabalho.

## Quais as conseqüências sociais e psicológicas?

Incapacidade para realização de tarefas domésticas simples; incapacidade para realização de tarefas na fábrica; depressão; isolamento social; danos familiares; discriminação no local de trabalho; sentimento de inutilidade.



## A empresa precisa emitir CAT no caso de LER/DORT?

Sim, conforme IN-98 do INSS a empresa é obrigada a emitir a CAT quando há suspeita de LER, com ou sem afastamento do trabalho. A CAT é um documento indispensável para o registro do caso no INSS. Caso a empresa se recuse a fazê-lo, o trabalhador(a) deve procurar imediatamente o Sindicato.

## Se houver afastamento do trabalho pelo médico, quais os direitos e procedimentos?

Se o afastamento for maior de 15 dias, é necessário dar entrada no requerimento de benefício B-91 (auxílio-doença acidentário) ao INSS. Quando o trabalhador(a) está afastado(a) pelo B-91 tem os seguintes direitos: valor inte-

gral da PLR, recolhimento do FGTS, 1 (um) ano de estabilidade a partir do dia de retorno ao trabalho; e, caso apresente seqüela, auxílio-acidente de 50% (indenização que o INSS terá de pagar após sua alta, até sua aposentadoria).

## O que o trabalhador perde quando não há o reconhecimento da doença profissional?

Ele perde o direito a integralidade da PLR, do depósito do FGTS, terá apenas 45 dias de estabilidade e não tem direito ao auxílio-acidente no caso de seqüela. O(a) trabalhador(a) precisará entrar na Justiça para brigar pelo reconhecimento da doença profissional.

Após o retorno ao trabalho, que atividades profissionais poderão ser realizadas?

Não se deve ficar exposto(a) às mesmas condições de trabalho ou fatores de riscos que ocasionaram a doença. A empresa deve providenciar novas atividades profissionais de acordo com a capacidade física do trabalhador(a).

## Se o trabalhador(a) for demitido?

Ele deve informar a sua condição de saúde no momento da homologação no Sindicato ou na DRT. Se posteriormente ficar comprovado que possui uma doença profissional adquirida na empresa, terá direito de reintegração independente de quanto tempo se passou da data de desligamento.

## Prevenção e recusa ao trabalho

Se o trabalhador(a) perceber que está exposto a um ritmo de trabalho excessivo, deve procurar o auxílio da CIPA/CF/SUR/Sindicato e reivindicar melhorias nas condições de trabalho. Conforme a legislação, a empresa é obrigada a priorizar ações de proteção coletiva e de engenharia no trabalho. Por sua vez, o trabalhador exposto pode se recusar a realizar atividade prejudicial à saúde e segurança, conforme a cláusula 37 da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria química do ABC.



# É possível uma política nacional de segurança e saúde do trabalhador?

*Para responder a esta pergunta, o Conselho Nacional de Saúde está preparando, desde abril, a 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, que se realiza em Brasília, de 24 a 27 de novembro. “Trabalhar sim, adoecer não” é o tema central proposto e debatido em cerca de mil plenárias municipais, regionais e estaduais.*

**S**egurança no trabalho, menos acidentes e meio ambiente saudável significam melhoria na qualidade de vida do trabalhador e da sua família. Todos concordam, mas infelizmente as estatísticas mostram outra realidade (veja box). O Brasil é um dos campeões em acidentes de trabalho. Se a garantia da cidadania, do direito ao trabalho, à saúde e à previdência social está na Constituição Federal, na prática, o Estado, em todos os níveis, ainda não conseguiu viabilizar tais direitos elementares, há muito conquistados em outros países.

O objetivo da 3ª Conferência é justamente buscar uma articulação maior de políticas e ações na área da saúde entre os setores público e privado. Mas antes é preciso fazer a lição de casa, integrando pelo menos três ministérios do governo (Trabalho, Saúde e Previdência) para buscar garantir a saúde e segurança do trabalhador grafados na Constituição. Entretanto, uma política nacional deste porte não pode ficar apenas nestas esferas. É preciso também descer ao chão de fábrica, englobar políticas econômicas inter-relacionadas com áreas da indústria e comércio, agricultura, ciência e tecnologia, educação e justiça,



Conferência Regional das cidades do Grande ABC

todas ligadas com políticas no trabalho, previdência social, meio ambiente e saúde.

Um importante debate realizado pelos participantes das plenárias preparatórias para a 3ª Conferência abordou o impacto negativo na saúde do trabalhador gerado pela degradação do meio ambiente através dos processos e relações de produção capitalistas, terminando na catastrófica poluição do ar, do solo, da água e do planeta. O “desenvolvido” Estados Unidos da América é o campeão em poluição do meio ambiente e des-

## Somos 83 milhões de trabalhadores no Brasil

*Mas apenas 23 milhões da PEA (População Economicamente Ativa) trabalha com carteira assinada*

A Previdência Social registrou, de 1999 a 2003, somente entre trabalhadores registrados a incrível marca de **1.875.190** acidentes de trabalho, com **15.293** mortes e **72.020** com incapacidade permanente. Em média, são duas mortes a cada três horas e mil mutilações por dia útil, apenas entre assalariados do setor privado e que tiveram acidente de trabalho reconhecido pelo INSS. Mas a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que as doenças

ocupacionais no Brasil matam cerca de 57 mil pessoas por ano, um número 22 vezes maior que os informados nas estatísticas da Previdência Social.

Pelo menos 4% do valor do PIB (Produto Interno Bruto) do país é consumido pelos acidentes e doenças do trabalho, se somarmos os prejuízos de dias parados aos gastos previdenciários e de assistência à saúde.



truição da camada de ozônio da atmosfera.

A Conferência deve ir a fundo sobre os prejuízos mais recentes à saúde causados pelas mudanças na economia mundial e nacional em razão do aumento da produção e diminuição dos trabalhadores empregados. Automação, terceirização, precarização e aumento da informalidade são fatores incidentes de novas doenças relacionadas ao trabalho, entre elas as lesões por esforços repetitivos e o sofrimento mental, que se somam aos acidentes tradicionais como silicose, asbestose, intoxicações, dermatoses e surdez ocupacional, todas de triste lembrança

para várias categorias, entre elas a dos químicos.

A questão fundamental colocado para os participantes da 3ª Conferência é determinar estratégias, em conjunto com a sociedade, para conquistar e ampliar o controle social sobre a saúde, garantindo a plena participação na gestão e no poder de decisão sobre os locais de trabalho e órgãos públicos relacionados. Depois de 11 anos sem realizar conferência, as categorias, a sociedade e Estado estão dando um largo passo na construção de um sistema de saúde democrático e plural para a maioria da população.

## Estado de São Paulo debate saúde do trabalhador

*Cerca de 700 delegados de todo o Estado de São Paulo participaram da 3ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador (14 a 16/10), realizada na Casa de Portugal – em São Paulo. Eles discutiram os temas propostos pelo Conselho Nacional de Saúde e elegeram os delegados para a 3ª Conferência Nacional. Entre os eleitos estão dois diretores do Sindicato dos Químicos do ABC: Marco A. Guilherme dos Santos e Otávio dos Santos*

“É preciso mudar a estrutura da saúde de acordo com a lógica dos trabalhadores”. Este foi o enfoque da palestra (15/10) de Carlos Eduardo Gabas, secretário executivo do Ministério da Previdência, durante a conferência estadual. Ele afirmou aos presentes a necessidade de sair do discurso acadêmico para construir juntos a prevenção e segurança no trabalho na sua totalidade.

Gabas explicou que hoje a lógica do sistema de saúde está voltada para atender uma verdadeira fábrica de acidentes no trabalho, basta ver as estatísticas. “Na evolução histórica das relações entre capital e trabalho, o trabalho sempre foi a parte mais fraca”, lembrou. Para ele, não basta o perito do INSS avaliar e fazer o diagnóstico após ter acontecido o acidente.



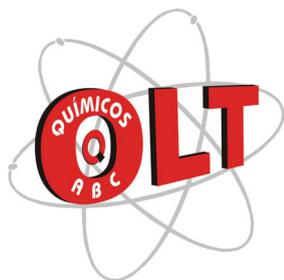
(esq. p/ dir.) Cláudio M. dos Santos, Otávio dos Santos e Marco A. Guilherme dos Santos, diretores do Sindicato participantes da 3ª Conferência Estadual

Mudar este quadro significa inverter a lógica, começando pela integração da estrutura do Estado (ministérios, secretarias etc) com a sociedade organizada (sindicatos, ONGs etc), delegando poderes e responsabilidades a todos.

Uma das propostas do secretário é mexer no bolso do patrão, “sua parte mais sensível”. Hoje, o seguro para acidentes é baseado no fator de risco, o que leva ao seguinte entendimento do empresário: se eu pago, tenho o direito de causar acidente. “Queremos mudar essa lógica: não importa o risco da empresa, o patrão vai pagar de acordo com o número de acidentes causados. Quem reduzir acidentes, paga menos”.

Mas esta mudança de ótica “depende muito mais da organização no local de trabalho do que da legislação”, conscientizou Gabas.

# Organização no Local de Trabalho: o melhor remédio para a saúde



*Preservar a qualidade de vida desenvolvendo ações preventivas contra acidentes e doenças no local de trabalho é o principal objetivo da Secretaria de Saúde e da COMSAT. Todo ano é executado um grande e variado número de atividades envolvendo saúde, segurança e meio ambiente.*

*Mas a participação das Organizações no Local de Trabalho (OLTs) é fundamental para detectar e resolver os problemas de saúde no trabalho. No ano passado, foram registrados no Estado de São Paulo 458.956 acidentes de trabalho, 1,37% de um total de 33,3 milhões de trabalhadores com carteira assinada. Destes, 2.801 perderam a vida, ou seja, 84 óbitos para cada milhão de trabalhadores. Conclusão: somente a conscientização e contribuição responsável de cada representante no chão de fábrica fará diminuir estes altíssimos índices de acidentes.*

## Atendimento do Sindicato em saúde, segurança e meio ambiente

- Assessoria e acompanhamento de processos eleitorais das CIPAs/SURs/CFs e Agentes de Saúde nas empresas, e a solicitação do devido encaminhamento dos documentos à nossa entidade sindical.
- Assessoria para reintegração de cipeiros e de outros representantes.
- Negociações tripartites entre o Sindicato, órgãos governamentais e empresas para proporcionar condições adequadas de atuação para os membros da CIPA.
- Solicitações das CATs (Comunicações de Acidentes de Trabalho) às empresas, quando o Sindicato é comunicado sobre o acidente através de cópia de ata de CIPA, seja ordinária ou extraordinária.
- Cursos de formação: para cipistas designados, encontro de

cipistas, segurança em máquinas injetoras de plástico, segurança em caldeiras e vasos de pressão (entre outros), para militantes sindicais, cursos para GTB, Projeto Vida Viva, segurança em máquinas e equipamentos.

## Condições de trabalho em caldeiras

- Encaminhamos propostas às empresas para adequações de manutenção e condições seguras nos ambientes de trabalho, conforme determinações das leis vigentes, sem descaracterizar situações de risco grave e iminente, buscando evitar o comprometimento futuro da integridade física dos trabalhadores.

## Laudos técnicos

- Elaboração em conjunto com as empresas, com objetivo de avaliar as condições nos locais de trabalho, e sugerir condições adequadas de segurança e saúde.

## Grupos temáticos

- O Sindicato participa da comissão de pesquisa sobre a expo-

sição dos trabalhadores ao benzeno. Para maiores informações, entre em contato com a Secretaria de Saúde (4433-5844).

## Atendimento médico aos trabalhadores

- Vítimas de acidentes do trabalho e de trajeto para identificação de seqüelas e orientações terapêuticas, previdenciárias e jurídicas.
- Portadores de doenças do trabalho para orientação terapêutica, previdenciária e jurídica.
- Com suspeita de doenças do trabalho para estabelecimento de nexos ocupacionais e emissão de laudos médicos.
- Notificação de acidentes e doenças do trabalho, exigindo das empresas a emissão da CAT (Comunicação de Acidentes do Trabalho) e respectivo parecer médico.
- Orientação e encaminhamento para diagnóstico e/ou tratamento de doenças do trabalho em serviços especializados do Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência (INSS), Secretaria Estadual da Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e Hospitais Universitários.
- Realização de assistência técnica em perícias judiciais em ações trabalhistas, acidentárias e de reparações de danos com realizações do respectivo laudo pericial e vistoria ao ambiente de trabalho.

### Sites importantes

**INST/CUT** - Instituto Nacional de Saúde no Trabalho ([www.instcut.org.br](http://www.instcut.org.br))

**CNQ** - Confederação Nacional dos Químicos ([www.cnq.org.br](http://www.cnq.org.br))

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho ([www.oit.org](http://www.oit.org))

**INSS** - Instituto Nacional de Seguridade Social ([www.inss.gov.br](http://www.inss.gov.br))

**Diesat** - Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas em Saúde e dos Ambientes do Trabalho ([www.diesat.org.br](http://www.diesat.org.br))

**Fundação Oswaldo Cruz** ([www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br))

**Fundacentro** - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina no Trabalho ([www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br))

**Greenpeace** - ([www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br))

- Discussões com os serviços de saúde ocupacional das empresas sobre planejamento e atendimento em medicina do trabalho, prevenção de acidentes e de doenças do trabalho.
- Vistoria aos ambientes de trabalho em conjunto com órgãos públicos responsáveis pela fiscalização das empresas.

## Conquistas estão na Convenção Coletiva

Para acessar o conteúdo das conquistas relativas à segurança, saúde e meio ambiente, consulte a nossa Convenção Coletiva no site do Sindicato ([www.quimicosabc.org.br](http://www.quimicosabc.org.br)). Basta clicar no item descrito abaixo:

- 33 - medidas de proteção ao trabalho
- 34 - EPI (equipamentos de proteção individual.), uniformes e absorventes
- 35 - prevenção de acidentes
- 36 - CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho)
- 37 - direito de recusa ao trabalho
- 38 - primeiros socorros
- 39 - CAT (Comissão de Acidentes de Trabalho)
- 45 - complementação de salário (auxílio doença, acidente de trabalho, doença profissional e 13º salário)
- 46 - portadores de necessidades especiais
- 47 - água potável
- 48 - exames médicos
- 58 - atestados médicos
- 59 - profissionais de segurança
- 60 - formulários para previdência social
- 69 - quadro de avisos
- 70 - afixação obrigatória de informações no quadro da empresa

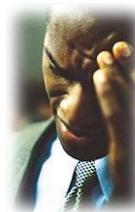
## Pandemia de estresse

Os brasileiros, segundo um estudo do *International Stress Management Association (Isma)*, são o segundo povo mais estressado do mundo, só perdendo o pódio para o Japão. A pesquisa foi realizada com mil profissionais em sete capitais do país. Cerca de 70% das pessoas disseram sofrer com o estresse e 30% afirmam estar no nível mais alto do distúrbio. As principais razões são:

- A longa jornada de trabalho
- a alta competitividade das companhias
- o ambiente, muitas vezes hostil, das organizações.

Veja a porcentagem de pessoas estressadas em alguns países:

Japão	70%	Israel	18%
Brasil	30%	França	14%
China	24%	Alemanha	16%
EUA	20%	Hong Kong	12%



## Violência no Trabalho

- Agressão é a causa de 30% das mortes no trabalho na cidade de São Paulo
- 24% dos óbitos no trabalho são causados pelo disparo de armas de fogo
- Segundo a OIT, cerca de 2 milhões de pessoas morrem todos os anos por acidentes e doenças relacionadas ao trabalho
- Diariamente, no mundo, 5 mil pessoas morrem de doenças e acidentes relacionados ao trabalho
- Apenas 1 em 20 acidentes de trabalho mortais na América Latina são registrados na OIT
- Aproximadamente 4% da riqueza mundial é perdida com o custo de lesões, mortes e doenças ligadas ao trabalho, entre as quais estão as causadas por violência.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e OIT (Organização Internacional do Trabalho)

## Atividades e cursos desenvolvidos pelo Sindicato na área de saúde do trabalhador

Nome do Curso ou Atividade	Público	Tempo de Duração	Objetivos do Curso
<b>Vida Viva</b>	Militantes e candidatos a cargos de representação, cipeiros, SUR, CF, agentes de saúde e dirigentes sindicais.	16 horas, divididas em dois dias consecutivos de 8 horas.	Realizar reflexão com os/as trabalhadores/as sobre Saúde, Trabalho e Vida. Nesta reflexão o enfoque é a sobre a vida com qualidade, mas ainda não são abordadas as questões técnicas.
<b>Curso de Saúde e Segurança no Trabalho e Meio Ambiente – CIPA/NR-5</b>	Cipeiros, militantes, agentes de saúde, SUR, Comissões de Fábrica, dirigentes sindicais, prevencionistas, etc.	24 horas, divididas em três dias consecutivos de 8 horas.	Capacitar militantes e representantes de CIPA para uma melhor intervenção no local de trabalho. Aborda questões sobre o tema “Saúde e Segurança no Trabalho e Meio Ambiente”.
<b>Curso para GTBs (Grupo de Trabalhadores do Benzeno)</b>	GTBs das indústrias petroquímicas e de solventes, cipeiros, SUR, agentes de saúde e dirigentes sindicais.	20 horas, divididas em dois dias e meio consecutivos.	Capacitar os trabalhadores para acompanhar a elaboração e implantação do Programa de Prevenção à Exposição Ocupacional ao Benzeno (PPEOB), tendo como base as determinações do acordo e legislação do Benzeno.
<b>Curso sobre Segurança em Prensas Injetoras</b>	Trabalhadores/as de indústrias de plásticos que utilizam máquinas injetoras, sopradoras e similares, CIPA, SUR, CF e agentes de saúde.	8 horas	Capacitar as CIPA, SUR, Comissões de Fábrica, Delegados Sindicais e Diretoria para verificação dos procedimentos de segurança em prensas injetoras.
<b>Curso sobre Segurança de Caldeiras e Vasos de Pressão /NR-13</b>	Cipeiros, militantes, agentes de saúde, SUR, comissões de fábrica, dirigentes sindicais, prevencionistas, etc.	20 horas, realizadas em dois dias e meio	Segurança em Caldeiras e Vasos de Pressão. Capacitar os participantes para a análise e discussão sobre o melhor aproveitamento de relatórios e de projetos. Todos devem atuar como agentes multiplicadores nas fábricas onde trabalham.
<b>Encontro de Cipeiros</b>	Cipeiros, militantes, agentes de saúde, SUR, comissões de fábrica, dirigentes sindicais, prevencionistas etc.	Encontro anual com duração de quatro horas.	Levantar expectativas e demandas nos locais de trabalho e verificar quais as dificuldades e ferramentas para a eficiente intervenção dos trabalhadores(as).

OBS: Para maiores informações sobre cursos, atividades e respectivas datas, entrar em contato com a Secretaria de Saúde do Sindicato através do telefone 4433-5813 ou do e-mail [saude@quimicosabc.org.br](mailto:saude@quimicosabc.org.br).

# “Violência da porta para dentro” aborda a agressão à mulher em seu próprio lar

*A Comissão das Mulheres Químicas do ABC apresenta uma nova encenação teatral, desta vez o tema é violência doméstica*

**A**pós o sucesso de “Só sou fraca sem você” – uma peça sobre o assédio moral, a Comissão das Mulheres Químicas do ABC continua usando o teatro para conscientizar as pessoas, agora enfocando outro grande problema social: a violência doméstica.

Com estréia no dia 25 de novembro – Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher – durante o Seminário “Diga Não à Violência Contra a Mulher”, a peça “Violência da porta para dentro” retrata o cotidiano de uma trabalhadora, que sofre com a violência do seu parceiro, e tudo o que ela passa

até decidir mudar essa situação.

Os interessados e interessadas podem obter mais informações sobre as apresentações no tel. (11) 4433 5820, com Penha, coordenadora da Comissão.



## COLUNA DO LEITOR

*Colaborações para Coluna do Leitor podem ser enviadas para Revista Sindiquim pelo correio: av. Lino Jardim, 401, Vila Bastos, Santo André, CEP 09041-030, por fax: 4436-9504 ou por e-mail: imprensa@quimicosabc.org.br Este espaço é do leitor: desenhos, artigos, cartas, poesias e curiosidades podem ser publicados aqui. Envie sua colaboração!*

**Primeiramente**, olá a todos os membros que compõem o Sindiquim e colaboram para a revista arrasar a cada mês. Graças ao meu irmão que trabalha há quase nove anos em uma Indústria Química (BASF), tenho o privilégio de acompanhar esta revista.

Gosto de ler as revistas porque apresentam matérias variadas. Tanto passam informações trabalhistas quanto atualidades que no meu ponto de vista auxiliam no cotidiano e até mesmo em exames pré-vestibulares etc...

Já trabalhei em uma empresa alimentícia, atualmente em uma metalúrgica e futuramente pretendo ingressar em uma empresa química, já que no ano que vem quero fazer um curso profissionalizante na área.

Bom! Vou terminando agradecendo por este espaço e parabenizando a toda equipe do Sindiquim.

Um forte abraço

*Michele de Jesus Mateus*

**Prezados senhores:** em primeiro lugar, quero parabenizá-los pela excelente revista, e ainda aproveitar a oportunidade para cumprimentar meu grande amigo Guilherme (MARCO ANTONIO GUILHERME DOS SANTOS) - caso não se recorde, fui seu diretor de teatro na COFAD.

Bem, resolvi entrar neste espaço para falar sobre o DESARMAMENTO.

Certa feita, assistindo uma entrevista na TV, o personagem entrevistado era considerado o maior domador do mundo, demonstrando sua técnica de adestramento nos vários tipos de animais, de pulga a elefante, sendo por isso sempre convidado a participar de diversos filmes e seriados. Reportagem chata do meu ponto de vista - visto que esta não é minha praia - mas uma pergunta me chamou atenção. Indagado como conseguia em tantos anos de trabalho nunca ter havido nenhum acidente, foi enfático: Respeito sempre o animal e por mais domesticado que esteja, sei que guarda dentro de si seus instintos mais selvagens.

Sendo o homem pertencente ao filo animal com a vantagem de ser racional, o obvio é que guarde den-

tro de si estes mesmos instintos. Dependendo da sociedade que vive, maior ou menor sua selvageria, e quanto mais acuado, mais responde pelos seus instintos animais.

Naturalmente em nossa sociedade este grau de selvageria só pode ter percentual altíssimo, o Estado que não protege; a corrupção; a justiça cara e alienada; a distribuição dos bens produtivos; e outros tantos mais que encheria páginas e páginas...

*Nilton Carlos Vaz*

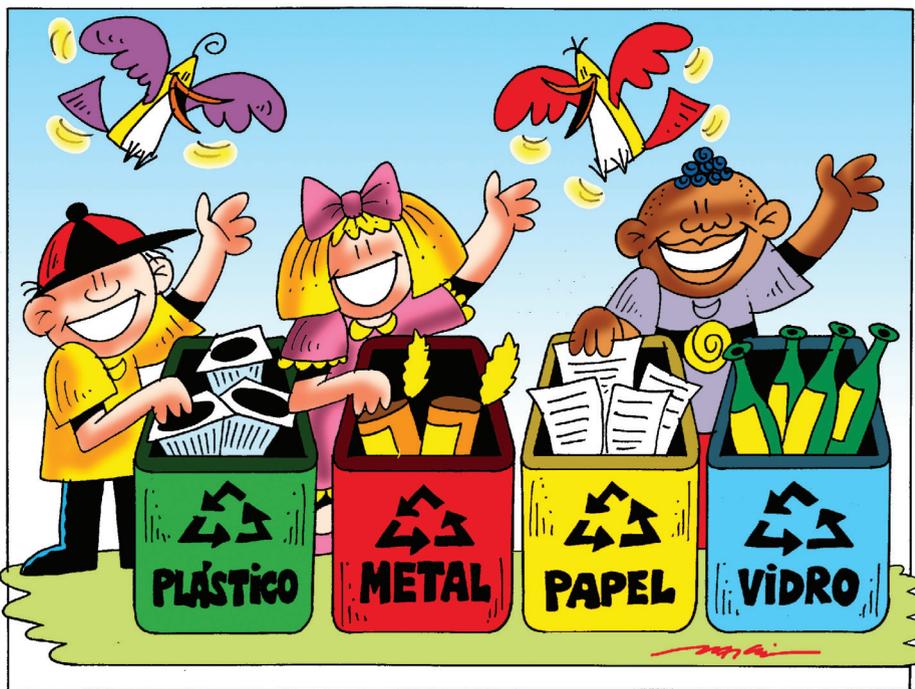
### Parabéns pelo belo trabalho

Que linda ficou a entrevista do Prof. Emir, muito bem aproveitada, gostei bastante, estou andando com ela debaixo do braço mostrando pra todo mundo.

Sucesso, Sorte e Saúde

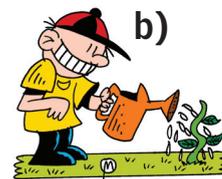
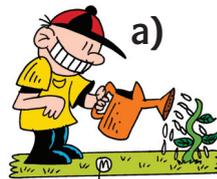
*Clerli, do Projeto VidaViva (RJ)*

O Júnior e seus amigos Pirikita e Rocambole estão ajudando a reciclar o lixo. Encontre as sete diferenças entre as duas cenas:



Resposta: Cabelo passarinho, cabelo menino, manga da menina, garrafo da garrafa, pé do passarinho, tampa da lata, folha de papel.

O Júnior está fazendo sua parte e plantando árvores. Encontre o único desenho idêntico ao primeiro:



Resposta: e





## O Grande ABC dá o exemplo: Sete Cidades Amigas da Amazônia

As sete cidades do grande ABC assinaram o termo de compromisso com o programa cidade Amiga da Amazônia – uma iniciativa do Greenpeace para eliminar a madeira de origem ilegal e de desmatamento criminosos de todas as compras municipais.

Dessa forma, o Grande ABC mais uma vez sai na frente, contribuindo para a preservação da maior floresta tropical do mundo. E o Sindicato dos Químicos do ABC, como não poderia deixar de ser, também integra o programa.

Saiba mais no site:  
[www.greenpeace.org.br/cidadeamiga](http://www.greenpeace.org.br/cidadeamiga)



**Cidade Amiga da Amazônia**

# [www.projetovidaviva.com](http://www.projetovidaviva.com)

*Já está no ar o site do Projeto VidaViva! Nele você conhecerá em detalhes o histórico e os objetivos desta grande rede de sindicatos, que se formou para discutir a relação vida, saúde e trabalho.*

*Acessando o endereço [www.projetovidaviva.com](http://www.projetovidaviva.com), você encontrará as informações dos recursos formativos e informativos do projeto e acompanhará as fases de implementação que estão em andamento pelo Brasil afora. Encontrará tudo sobre os intercâmbios, as exposições fotográficas com as VIVÊNCIAS de trabalhadores e as reações do pessoal que participa do projeto.*

*Criar espaços de reflexão para mudar a realidade em que vivemos. Mudar o trabalho para preservar a saúde e a vida. Isso é o Projeto VidaViva! Seja bem-vindo!*





*"Os brancos estão estragando a nossa floresta e se nós não a defendemos vamos acabar... eles tiram coisas da escuridão debaixo do chão e isso alastra epidemias entre nós... por isso o céu e a terra também ficarão doentes e se a gente morre, se todos os pajés yanomami e seus espíritos morrem, o céu vai acabar desabando sobre a terra, o universo vai se desfazer e o céu vai obscurecer para sempre".*

*Davi Kopenawa Yanomami (Os yanomami vivem no extremo norte do Brasil, nos estados de Roraima e Amazonas, avançando na fronteira com a Venezuela. Hoje, seu território está invadido e contaminado mas, apesar de tudo, essa gente segue cantando e acreditando que enquanto viver o povo yanomami, permanecerá vivo o planeta)*

*"Um dia, a terra adoecerá. Os pássaros cairão do céu, os mares se escurecerão e os peixes aparecerão mortos na correnteza dos rios. Quando esse dia chegar, os índios perderão o seu espírito. Mas vão recuperá-lo para ensinar ao homem branco a reverenciar a terra sagrada. Então, todas as raças vão se unir sob o símbolo do arco-íris para terminar com a destruição. Será o tempo dos Guerreiros do Arco-Íris."*

*Profecia contada por uma velha índia, chamada Olhos de Fogo, da tribo Cree (EUA), numa conversa com o jornalista Bob Hunter — idealizador do Greenpeace. Segundo a profecia, em 200 anos a Terra estará destruída pela ação do homem.*



ES  
FA  
E  
O  
B

